



ANTÓNIO BELÉM &  
ANTÓNIO GONÇALVES  
SROC

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

EXERCÍCIO DE 2022

**/ Sede**

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa  
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

**/ Escritório Carnaxide**

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide  
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO, gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P., que compreendem o balanço em 31/12/2022 (que evidencia um total de 671.636.085,80 euros e um total de capital próprio de 668.246.552,50 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 39.888.132,70 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos eventuais efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, anexo ao Regulamento 6/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

#### Bases para a opinião com reserva

A opinião encontra-se modificada pela não obtenção de confirmação externa de saldos de Devedores-Empregadores, no montante de 52.692.111,63 euros (42.669.924,64 euros em 2021) e pela incerteza da sua integral cobrabilidade, não tendo sido feito qualquer acautelamento para fazer face a eventual imparidade.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

#### Reserva

O saldo apresentado no Balanço na rubrica “Contas de Devedores”, inclui um montante de 52.692.111,63 euros (42.669.924,64 euros em 2021), respeitante a entidades empregadoras, não havendo quaisquer confirmações externas desses saldos. Atendendo aos recebimentos ocorridos até esta data, 4.587.991 euros, a sua integral cobrabilidade poderá vir a estar em causa, não existindo contabilizado qualquer ajustamento para fazer face a tal ocorrência. Estas situações constituem limitação de âmbito do nosso trabalho.

#### / Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa  
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

#### / Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide  
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

### **Incerteza material relacionada com a continuidade**

Conforme referido no Anexo às demonstrações financeiras, nos eventos subsequentes, o recente acordo de rendimentos celebrado entre o Governo e os Parceiros Sociais inclui matérias que podem ter impacto no FCT, embora não tenha ainda sido aprovada legislação que altere ou contrarie o disposto na Lei nº 70/2013 de 30 de agosto, na Portaria nº 294 – A/2013 de 30 de setembro ou no Regulamento de Gestão do FCT. No entanto a Lei nº 13/2023 de 3 de abril determina a suspensão a partir de 1 de maio de 2023 até à entrada em vigor das alterações do regime jurídico do Fundo, de diversas obrigações dos empregadores nomeadamente da obrigação de adesão ao Fundo, da inscrição de novos contratos de trabalho e do pagamento de entregas ao Fundo o que constitui uma incerteza material sobre a continuidade do Fundo de Compensação do Trabalho. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria

### **Responsabilidades do órgão de gestão**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, anexo ao Regulamento 6/2013 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada



ANTÓNIO BELÉM &  
ANTÓNIO GONÇALVES  
SROC

para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material

- devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.
- Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor. A informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de Abril de 2023

O FISCAL ÚNICO

“ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES, SROC, LDA.”

Representada por António Maria Velez Belém

ROC nº 768

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa  
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Carnaxide

Rua Amélia Rey Colaço n.º 40, Piso 1, Sala 14 - 2790-017 Carnaxide  
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt